

ENSAIO | PEER REVIEWED

Prática em Construção:

Uma Autoetnografia Musicoterapêutica em Chave Descolonial

Samuel Gracida ^{1*}¹ Proyecto Bridges Universidad SRH, Heidelberg, Alemania* samuel@samuelgracida.com

Recebido 7 de abril de 2025; Aceito 29 de agosto de 2025; Publicado 3 de novembro de 2025

Editores: Juan Pedro Zambonini, Virginia Tosto

Revisores: Daniel Gonnet, Veronika Díaz Abrahan

Resumo

Este artigo oferece uma reflexão auto etnográfica sobre o pensamento decolonial na musicoterapia. A partir de experiências pessoais, como musicoterapeuta mexicano radicado na Alemanha (trabalhando com pessoas deslocadas, colaborando em projetos comunitários no México e nas Filipinas e participando de redes internacionais de pesquisa), são analisadas as formas como as perspectivas decoloniais na musicoterapia atravessam a prática musicoterapêutica do autor. São recuperadas contribuições fundamentais de autores que escreveram sobre o decolonialismo, como Enrique Dussel, Ramón Grosfoguel, Aníbal Quijano e Silvia Rivera Cusicanqui, bem como de colegas que abordam criticamente a colonialidade no campo da musicoterapia, como é o caso do CAMTI Collective. O texto propõe uma visão transmoderna e pluriversal, reconhecendo o valor do conhecimento situado, da subjetividade e do diálogo intercultural. Além disso, são oferecidas noções de como esses termos são usados nas experiências e no pensamento do autor. A partir dessa perspectiva, convida-se a pensar a descolonização não como um objetivo alcançável, mas como uma prática ética, crítica e em permanente construção, que requer sustentar um certo grau de desconforto com as estruturas mutáveis do saber e da prática, reconhecer contradições e abrir espaços de diálogo.

Palavras-chave: descolonização; autoetnografia; transmodernidade; pluriversalidade

Comentário Editorial

O autor viveu em muitos lugares e reflete sobre isso neste ensaio, no qual nos convida a nos afastarmos de posições dogmáticas quando nos deparamos com o trabalho de colegas que pertencem a sociedades diferentes das nossas. Como diz Samuel, “o fato de estarmos imersos em sistemas coloniais implica que há dinâmicas das quais não

podemos escapar completamente.” Sua proposta nos parece sensível aos fatores culturais das práticas profissionais, mas também exigente no que diz respeito ao pensamento crítico e à análise que elas requerem.

Introdução

Este texto é uma exploração autoetnográfica realizada a partir da reflexão proposta pelas perspectivas decoloniais na musicoterapia. A autoetnografia busca “descrever e analisar sistematicamente a experiência pessoal com o objetivo de compreender a experiência cultural” (Ellis et al., 2015, p.1). A partir de uma descrição e exploração crítica de minhas vivências e experiências como musicoterapeuta mexicano radicado na Alemanha—trabalhando com pessoas deslocadas de vários países, colaborando em projetos comunitários no México e nas Filipinas e participando de pesquisas com colegas de diferentes partes do mundo—reflito sobre a presença das estruturas coloniais, pós-coloniais e neocoloniais em meus pensamentos e experiências musicoterapêuticas, enquanto exploro ferramentas conceituais decoloniais para desenvolver práticas de criação de conhecimento mais críticas e situadas.

Considero que talvez o mais valioso que posso oferecer sejam as minhas experiências pessoais, uma vez que são únicas e irrepetíveis e emergem de uma posição específica como musicoterapeuta mexicano, navegando entre diferentes contextos culturais, institucionais e profissionais. Essas experiências, longe de serem meramente anedóticas, constituem uma forma de conhecimento e pensamento que permite examinar possíveis dinâmicas coloniais, pós-coloniais e/ou neocoloniais na prática musicoterapêutica contemporânea. Na medida do possível, também incorporarei fontes externas, tanto de colegas musicoterapeutas quanto de autores e autoras de outras disciplinas, estabelecendo um diálogo entre minha experiência vivida e as reflexões teóricas que alimentaram minha compreensão desses fenômenos. A autoetnografia me parece um método adequado para esse propósito, pois propõe uma perspectiva crítica, ética e socialmente consciente, que questiona a falsa dicotomia entre objetividade e subjetividade, reconhecendo esta última como uma fonte válida e necessária de conhecimento (Dubé, 2017; Guerrero, 2014). Esta abordagem metodológica está também alinhada com os princípios decoloniais que procuram legitimar formas de conhecimento que foram historicamente marginalizadas pelos paradigmas dominantes da academia ocidental.

Este trabalho se insere em um crescente corpo de literatura crítica dentro da musicoterapia que examina como o colonialismo, a colonialidade, o eurocentrismo e as dinâmicas de poder global influenciaram—e continuam influenciando—nossas práticas, epistemologias e relações terapêuticas. Pesquisas em vários idiomas abordaram esses temas a partir de diversas perspectivas: o coletivo CAMTI Collective (2022) reuniu vozes críticas sobre o colonialismo na musicoterapia; Comte (2016) propôs uma revisão interpretativo do trabalho com refugiados, no qual discutiu seu uso do termo “neocolonialismo”; Zambonini e Tosto (2024) introduziram perspectivas decoloniais da América Latina em seu convite para esta edição especial.

Nesse contexto, meu objetivo não é repetir essas contribuições, mas acrescentar uma reflexão situada, a partir de minha trajetória individual e de minhas próprias experiências. Espero que essas experiências me ajudem—e ajudem também outras pessoas—a compreender realidades culturais que vão além de um único ponto de vista. As questões centrais que orientam essa reflexão são:

1. Que conhecimentos e experiências profissionais moldaram meu desenvolvimento como musicoterapeuta?
2. O que minhas experiências e reflexões sobre esses temas podem contribuir para o campo da musicoterapia?

3. Que ideias coloniais, pós-coloniais, neocoloniais e decoloniais podem enriquecer minha compreensão como musicoterapeuta?
4. Como posso pensar minha prática clínica e de pesquisa de forma mais crítica a partir das teorias propostas neste texto?
5. Como minha participação em congressos, escritos acadêmicos e plataformas digitais impacta o desenvolvimento do pensamento decolonial na musicoterapia?
6. Como eu entendo todos os termos que uso neste artigo: colonial, pós-colonial, neocolonial, decolonial, pluriversalidade, transmodernidade, transculturalidade, conhecimento situado?

Contextualização Pessoal, Formativa e Institucional

Minha trajetória como musicoterapeuta tem sido marcada pela constante transição entre geografias, idiomas e contextos culturais. Nasci no México, mas desde os 16 anos de idade tenho vivido em diversos contextos: estudei o ensino médio na China, fiz meus estudos universitários nos Estados Unidos e concluí um mestrado na Alemanha, onde atualmente desenvolvo minha prática profissional. Essa mobilidade transnacional, embora tenha me proporcionado uma ampla perspectiva sobre a diversidade de abordagens musicoterapêuticas, também gerou tensões e questões que considero fundamentais para compreender as dinâmicas que permeiam minha formação e prática. Além disso, ao longo desses anos, trabalhei com pessoas deslocadas de vários países, colaborei em projetos comunitários com populações indígenas no México e participei de iniciativas educacionais nas Filipinas. Todas elas foram experiências que questionaram constantemente meus referenciais teóricos e metodológicos. As reflexões a seguir emergem desses encontros e experiências. Busco examinar como diversas teorias em chave decolonial podem informar tanto a compreensão crítica da minha própria posição como musicoterapeuta quanto o desenvolvimento de uma prática mais consciente das relações de poder que a atravessam.

Uma Abordagem aos Termos Usados Neste Texto

Antes de continuar a desenvolver a discussão sobre minhas experiências e as teorias que abordei neste texto, parece-me importante escrever uma nota sobre os termos *colonial* (colonialidade, colonialismo), *pós-colonial* (pós-colonial, pós-colonialismo), *neocolonial* (neo-colonial, neocolonialismo) e *decolonial*¹ (descolonialismo, descolonial, descolonizar), sem poder fazer uma discussão aprofundada sobre eles, dados os limites do formato escolhido para a publicação e o tema deste artigo. O “Colonialism and Music Therapy Interlocutors (CAMTI) Collective” (2022) apresentou, na introdução de seu livro em inglês sobre Colonialismo e Musicoterapia, uma abordagem da história do colonialismo a partir de Boehmer (2005), Macleod (2011) e Judd (2001), entre outros. Convido o leitor a explorar essas fontes para uma discussão aprofundada sobre o colonialismo histórico. O CAMTI Collective também propôs uma discussão sobre o termo “pós-colonialismo,” citando Macleod (2011), para enfatizar o pós-colonialismo não apenas como um período histórico posterior ao colonialismo, mas como um processo mais complexo de dominação de um grupo sobre outro em diferentes níveis. Zambonini e Tosto (2024), em seu apelo para esta edição especial e tomando Maldonado-Torres (2007) como ponto de partida, explicam a diferença entre o colonialismo, como subjugação e exploração política e econômica de um território sobre outro, e a colonialidade, como um processo mais complexo que sobrevive ao colonialismo e destaca as formas como o conhecimento, o

¹ Neste artigo, utilizei “decolonial” e seus derivados, em vez de “descolonial,” seguindo a proposta do título desta edição especial de Zambonini & Tosto (2024).

trabalho, a autoridade e as relações subjetivas entre países “centrais” e da “periferia” se entrelaçam.

Outro termo em uso é o de “neocolonialismo,” que se refere às estruturas por meio das quais certos países centrais—não apenas europeus, mas também os Estados Unidos, a Rússia, a China, entre outros—mantêm controle político, econômico, cultural e social sobre países periféricos, historicamente denominados “do Terceiro Mundo,” “subdesenvolvidos” ou “de baixos recursos” (Uche, 1994; Tikly, 2004). Neste contexto, é crucial reconhecer que os Estados Unidos têm desempenhado um papel de destaque nas dinâmicas neocoloniais desenvolvidas desde o século XX (Macías Chávez, 2015). A expansão territorial e o controle dos recursos políticos, econômicos, culturais e materiais pelos Estados Unidos têm raízes históricas que remontam ao século XIX com a doutrina do “Destino Manifesto” (Manifest Destiny) e se estendem até os dias atuais por meio de diversas formas de hegemonia cultural, econômica e tecnológica (Freiin von Bibra, 2022).

Tudo o que foi exposto até aqui nos leva ao termo “descolonização.” O CAMTI Collective (2022) cita Noxolo (2017) para explicar o pensamento descolonial como um processo mais radical, que busca uma desconstrução e propõe a separação ou rejeição de tudo o que tem raízes na herança europeia e que afeta povos e territórios ao redor do mundo. Além de uma simples metáfora ou moda acadêmica, a descolonização implica um compromisso complexo com processos históricos, epistêmicos e políticos. É importante ressaltar que o uso indiscriminado do termo “descolonização” como metáfora para se referir a qualquer processo de melhoria social ou a toda forma de exercício de poder de um grupo sobre outro tem sido criticado (Tuck & Yang, 2012). Concordo com essa crítica, pois tal uso dilui e despolitiza o projeto descolonizador, esvaziando-o de sua especificidade histórica e de seu potencial transformador. Na minha opinião, um projeto genuíno de descolonização deve incluir:

1. Reconhecer e compreender pontos-chave dos processos históricos que deram origem à colonização;
2. Considerar os efeitos que séculos de controle exercido pelos impérios sobre as colônias;
3. Analisar os processos de independência;
4. Compreender como, nos fenômenos chamados “pós-colonialismo” e “neocolonialismo,” os impérios mantiveram e ainda mantêm o controle sobre as periferias globais;
5. Investigar qual é a herança do projeto colonial em áreas específicas da vida contemporânea;
6. Promover conhecimentos, práticas e ideias que foram historicamente oprimidos pela lógica colonial.

Esses pontos constituem minhas próprias reflexões, mas convido o leitor a explorar as diversas fontes citadas neste texto para encontrar perspectivas adicionais sobre como impulsionar o projeto descolonizador. Essa tarefa é ampla e complexa, exigindo pensamento crítico e análise rigorosa e vigilância constante. Considero essencial manter uma perspectiva crítica ao explorar os escritos e ideias que abordam os termos explorados nesta seção, reconhecendo tanto suas contribuições quanto suas limitações. Gostaria de fazer um convite para exercer críticas construtivas de maneira cuidadosa, evitando o uso superficial ou acusatório desses termos. Na minha experiência, a maioria dos musicoterapeutas em todo o mundo age de boa fé e, como seres humanos, todos podemos errar. O fato de estarmos imersos em sistemas coloniais implica que existem dinâmicas das quais não podemos escapar completamente. Isso não significa que devemos generalizar ou rotular grupos inteiros como “colonialistas” simplesmente porque não agem como consideramos que deveriam. Mais do que acusar, trata-se de compreender como os

macrossistemas de poder, conhecimento e economia nos atravessam a todos, influenciando nossas práticas, pensamentos e relações com as pessoas com quem trabalhamos. A partir dessa perspectiva complexa e situada, podemos avaliar de forma mais justa se nossas ações são verdadeiramente éticas e transformadoras.

Além do Clichê: Precisão Conceitual no Decolonial

Parece-me fundamental enfatizar a necessidade de utilizar essas noções com rigor conceitual e pensamento crítico, especialmente quando aplicadas à prática musicoterapêutica. Nesse sentido, considero necessário referir-me ao artigo de Rachael Comte (2016), que realizou uma síntese interpretativa crítica de onze estudos sobre musicoterapia com refugiados. Comte conclui que nesses trabalhos há uma ênfase marcante na diferença cultural entre os musicoterapeutas—em sua maioria de contextos ocidentais—e os refugiados, o que a leva à construção de uma caracterização do “musicoterapeuta neocolonial.” Embora essa crítica possa ter motivações válidas, parece-me que o uso do termo “neocolonial,” tal como desenvolvido pela autora, é problemático.

Comte (2016) baseou inicialmente sua definição de colonialismo em MacQueen (2007), afirmando, segundo o que escreve, que este pode ser entendido como o processo político e econômico pelo qual os países europeus ocuparam à força territórios de outros países entre os séculos XIX e XX. No entanto, MacQueen esclarece explicitamente que o colonialismo não começou no século XIX, mas se articula dentro de uma narrativa mais ampla de expansão imperial que remonta ao século XV, com os impérios espanhol e português. Assim, limitar o fenômeno aos séculos XIX e XX, como faz Comte, ignora suas raízes mais profundas e sua evolução histórica e. Na minha perspectiva, Comte realiza uma prática descolonial ao não compreender, e até mesmo ao representar falsamente, o que foi o colonialismo histórico (limitando o colonialismo aos séculos XIX e XX, em vez de reconhecer que o colonialismo começou no século XV).

Além disso, Comte redefine o neocolonialismo como “um conceito bipartido pelo qual um indivíduo ou grupo exerce domínio e poder sobre outro indivíduo ou grupo” (Comte, 2016, seção “Generating a Theory: The Neo-Colonial Music Therapist”), uma definição que é excessivamente ampla e que desvincula o termo de sua origem geopolítica e econômica. Em contraste, MacQueen (2007) definiu o neocolonialismo como a transformação do antigo imperialismo em formas indiretas de exploração contemporânea, ancoradas nas relações entre Estados e sustentadas por sistemas econômicos, sociais, culturais e políticos que perpetuam as desigualdades globais. Sob essa perspectiva, o neocolonialismo não se refere a dinâmicas interpessoais de poder entre indivíduos ou grupos, mas ao exercício estrutural do poder entre Estados ou regiões, muitas vezes na forma de dependência econômica, subordinação cultural ou interferência política. Comte (2016) não parece justificar como chegou à conclusão de que o termo “neocolonial” pode ser aplicado a qualquer indivíduo ou grupo que exerça domínio sobre outro e, mais ainda, como o trabalho de um musicoterapeuta, mesmo quando carece de consciência cultural, pode ser qualificado como um problema neocolonial.

Portanto, parece-me que classificar a prática da musicoterapia com refugiados como “neocolonial” não só é conceitualmente impreciso, como também banaliza o peso histórico e estrutural do termo. Em termos mais gerais, este tipo de erros ou simplificações terminológicas pode obscurecer os verdadeiros riscos éticos que enfrentamos ao trabalhar sem humildade cultural crítica. É crucial nomear esses riscos, sim, mas fazê-lo com uma linguagem que seja rigorosa, politicamente responsável e analiticamente útil. Devemos ter cuidado para não cair em clichês ou no que eu chamaria de “comodificação” do decolonial: transformá-lo em um discurso da moda sem substância transformadora.

Formação Transnacional e Colonialidade do Saber

Nesta seção, gostaria de analisar minha formação, não apenas como musicoterapeuta, mas também fazendo uma retrospectiva desde minha educação primária. O conceito de *colonialidade do saber*, proposto por Aníbal Quijano (2000), é fundamental para compreender como as estruturas de dominação colonial continuam vigentes na educação e na criação de conhecimento, mesmo após o desaparecimento formal do colonialismo. Quijano (2014) apontou que o sistema mundial moderno se sustenta na classificação racial da população e em uma epistemologia eurocêntrica, que hierarquiza os conhecimentos e define quais conhecimentos são válidos. Como também aponta Silvia Rivera Cusicanqui (2018), o colonialismo não implicou apenas uma dominação política e econômica, mas também uma violência epistêmica que fragmentou os sistemas de conhecimento indígenas, relegando-os ao âmbito do “folclórico,” do “primitivo” ou do “supersticioso.” Neste ponto, posso pensar sobre o contexto mexicano em que tive minha educação primária. A educação formal—produto do projeto civilizatório ocidental—perpetuou a desconexão com os conhecimentos indígenas, criando gerações de mexicanos que, paradoxalmente, sabem mais sobre filosofias europeias do que sobre os sistemas de pensamento dos povos que habitaram e habitam o território nacional. Essa ruptura epistêmica, que Boaventura de Sousa Santos (2018) descreve como “epistemicídio,” resultou na invisibilização de formas de conhecimento que, durante milênios, proporcionaram marcos para compreender a vida, a saúde, a doença, a música, a ritualidade, a cura e muitas outras experiências.

Posso ressaltar aqui que, apesar da minha origem mexicana, não tive um contato profundo com as filosofias, mitologias ou conhecimentos ancestrais dos povos originários do território que hoje é o México. Esse distanciamento é precisamente um efeito da colonialidade: o colonialismo tem operado sistematicamente para deslocar, deslegitimar e subordinar os conhecimentos indígenas, estabelecendo a hegemonia do conhecimento eurocêntrico como única forma válida de conhecimento. Como aponta Bonfil Batalla (1987), a persistência colonial se manifesta na rejeição e invisibilização da face e das raízes indígenas e mesoamericanas do México. Isso resultou em uma “desindianização” na qual me vejo refletido. “A desindianização,” como explicou Bonfil Batalla (1987),

é um processo histórico através do qual populações que originalmente possuíam uma identidade particular e distinta, baseada em uma cultura própria, são forçadas a renunciar a essa identidade, com todas as mudanças consequentes em sua organização social e sua cultura.
(p. 42)

O próximo passo seria refletir sobre minha formação como musicoterapeuta. Durante meu mestrado na SRH University of Applied Sciences Heidelberg (Alemanha), a literatura predominante que foi ensinada provinha dos Estados Unidos e da Alemanha, moldando as lentes com as quais inicialmente me aproximei da prática e da teoria da disciplina. Essa experiência formativa se reflete nas palavras de Eslava-Mejía (2022), que comentou sobre a “existência de uma cultura dominante de musicoterapia, desenvolvida principalmente nos EUA, Canadá e Europa” (p. 546). Eslava-Mejía refere-se a como, em sua experiência ao operar e ensinar em seu país de origem (Colômbia), ela se deparou com diferenças epistêmicas com colegas formados na América Latina que tinham abordagens diferentes em relação a outras teorias e conhecimentos. Ela recomenda ter uma abordagem do conhecimento não apenas das culturas dominantes, mas também das periferias. Essa recomendação, embora muito válida, também apresenta desafios e é necessário pensar criticamente qual é o objetivo que se busca com ela.

Diante desses desafios epistêmicos, Silvia Rivera Cusicanqui (2010) nos alerta sobre uma “descolonização acadêmica” que, paradoxalmente, continua operando a partir dos marcos coloniais do conhecimento. Como alternativa, ela propõe recuperar noções indígenas como a *ch'ixi*, que reconhece a coexistência conflituosa do indígena e do moderno, sem forçá-los

a se integrar. Essa ideia é particularmente útil para pensar no objetivo, não como uma síntese harmoniosa, mas como um espaço onde coexistem tensões e contradições.

Dussel (2011) também questionou a ideia de tomar o modelo helênico-europeu como ponto de partida exclusivo e normativo. Em sua proposta, ele expõe que várias culturas ao longo da história desenvolveram formas próprias de pensamento filosófico, muitas vezes por meio de tradições mitopoéticas, com as quais abordaram questões universais—como o sentido da vida, a justiça, a morte ou a comunidade—sem a necessidade de recorrer ao cânone europeu-ocidental. Se considerarmos que muitos dos conceitos da musicoterapia derivam da psicologia, e que esta, por sua vez, tem uma raiz filosófica profundamente ancorada na tradição grega, é válido questionar se não estamos herdando de forma acrítica um marco epistemológico hegemônico. A questão que se coloca então é se outros grupos humanos abordaram esses mesmos núcleos universais a partir de suas próprias cosmovisões e linguagens míticas. Em que medida esses outros modos de pensar foram incorporados, ou poderiam ser incorporados, à teoria e à prática da musicoterapia?

De maneira semelhante, o sociólogo Ramón Grosfoguel sustentou que o conhecimento não deve ser construído a partir de abstrações descontextualizadas ou de uma pretensa universalidade imposta, mas a partir dos problemas concretos que os sujeitos experimentam em suas realidades históricas, geográficas e culturais específicas. Nesse contexto, ele propõe uma abordagem “pluriversal” do conhecimento, que reconheça a legitimidade epistêmica de múltiplas formas de saber situadas, sem se subordinar aos cânones do Norte Global (Grosfoguel, 2011). Enrique Dussel complementa essa crítica ao eurocentrismo epistêmico propondo o conceito de transmodernidade: uma visão de mundo que não rejeita a modernidade em sua totalidade, mas que a reinterpreta criticamente a partir da perspectiva das periferias historicamente e colonizadas. Para Dussel, trata-se de resgatar os conhecimentos subjugados e construir formas de diálogo que partam da exterioridade do sistema moderno, reconhecendo a dignidade de outros modos de pensamento que foram sistematicamente excluídos do projeto ocidental (Dussel, 2011). Ambos os autores nos convidam a repensar os próprios fundamentos da produção de conhecimento em musicoterapia, especialmente em contextos de diversidade e desigualdade global.

Transculturalidade, Musicoterapia e Descolonização

Outro conceito que me pareceu útil para explorar minhas experiências é o conceito de “transculturalidade.” No passado, falei e escrevi sobre esse conceito, especialmente a partir do trabalho de Afef Benessaieh (2010). Benessaieh analisa a evolução do termo “transculturalidade” e propõe uma visão que desafia as concepções fixas de cultura. Em sua forma contemporânea, a transculturalidade revela identidades e relações sociais que contradizem a ideia de culturas homogêneas, manifestando-se como um processo fluido e dialógico de construção cultural, especialmente no contexto da globalização. As pessoas se movem continuamente entre fluxos culturais, formando sentidos de si que não estão ancorados exclusivamente a uma nação ou etnia. Nesse sentido, não é possível estabelecer uma relação simples de “colonialismo” de uma cultura sobre outra. Trata-se sempre de um processo complexo que deve ser analisado cuidadosamente. Por isso, um processo de descolonização não pode implicar uma rejeição completa de outra cultura ou grupo.

A transculturalidade é discutida a partir de três perspectivas, de acordo com Benessaieh (2010):

1. Como “competência intercultural,” considerando a possibilidade de reconhecer práticas e significados que estão presentes ou são semelhantes em várias culturas e, por outro lado, investigando as diferenças entre elas. Um exemplo é fornecido pela psiquiatria transcultural, que analisou os transtornos mentais através de

contextos culturais (Bains, 2005). O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, Quarta Edição, por exemplo, tem formulações culturais do diagnóstico e um glossário de síndromes ligadas à cultura (como o *amok* ou o *koro*). Por outro lado, a Classificação Internacional de Doenças, Décima Revisão, tende a reduzir essas expressões a variantes locais de transtornos universais, como a ansiedade ou a depressão. Refletir criticamente sobre esse fenômeno, como faz Stige (2002), nos obriga a considerar que os transtornos mentais não podem ser compreendidos fora do contexto cultural em que ocorrem. Stige (2002) nos convida a refletir sobre sistemas como o DSM e o CID e evitar uma perspectiva biomédica reducionista e, desconsiderando os significados culturais do mal-estar.

2. Como um continuum coerente de traços, crenças e práticas que transcendem a geografia e a história. Aqui, Benessaieh cita Chamoiseau (1989) em sua concepção do ser crioulo (*creolité*). Nessa perspectiva, há uma certa identidade cultural que transcende o tempo e o espaço.
3. Como identidades fractais ou pluralistas, que não se alinham com uma única cultura, uma “situação encarnada de pluralidade cultural” (Benessaieh, 2010, p. 25). Essa perspectiva reconhece que as culturas não são estáveis e claramente separadas. Esse processo transformador é mais visível sob a globalização, em pessoas e comunidades de experiência ou herança mista. A partir da minha própria experiência de ter vivido em vários países, posso me identificar com essa perspectiva da transculturalidade. Essa abordagem enfatiza a construção dinâmica da identidade por meio de interações contínuas com diferentes culturas. Minha identidade não está totalmente associada a uma cultura ou país específico, mas é construída por meio da interação com diversos contextos culturais, algo que se reflete claramente na minha prática como musicoterapeuta.

Acho relevante mencionar aqui minha experiência como coordenador do projeto Bridges, em Heidelberg (Alemanha), no qual também trabalho como musicoterapeuta. Neste projeto, acompanho pessoas deslocadas provenientes da Síria, Afeganistão, Ucrânia, Etiópia e Macedônia do Norte, entre outros países. Algumas crianças passaram a maior parte de suas vidas na Alemanha, embora mantenham fortes laços com suas culturas de origem. Outras chegam poucas semanas após terem chegado à Alemanha. Neste espaço, a cultura alemã, minha própria identidade como mexicano e as culturas dos participantes se entrelaçam, gerando uma prática em constante negociação cultural. Embora cada uma das histórias dos participantes com quem trabalho e sua relação com a identidade cultural seja única, compartilhamos um terreno comum na experiência de negociar e redefinir nossas identidades a partir de uma perspectiva de pluralidade cultural. Dessa forma, a transculturalidade não se torna apenas uma teoria, mas um espaço de conexão. Quando acompanho pessoas deslocadas da Síria, Afeganistão ou Ucrânia, reconheço que a flexibilidade da minha identidade me permite empatizar de forma mais profunda com as experiências de mudança e adaptação cultural. No entanto, essa conexão é complexa e também tem seus limites. Cada experiência de deslocamento é diferente, e a cultura e a identidade nunca são homogêneas. Essa fluidez me permitiu abordar o trabalho com uma abertura que valoriza a flexibilidade. Isso se alinha às ideias de Stige (2002), que ressalta a importância de considerar os contextos culturais quando trabalhamos com pessoas de diferentes origens.

Em resumo, a transculturalidade e o pensamento decolonial não se opõem, mas se enriquecem mutuamente. Ambos nos convidam a questionar os marcos herdados, a viver nas tensões e a praticar a profissão a partir de uma posição crítica, sensível e situada. Para a musicoterapia global, isso implica repensar nossas noções de saúde, identidade, conhecimento e prática, reconhecendo tanto a diversidade quanto a herança colonial que configura nossas disciplinas.

Encontros com o Outro e Desconforto: Responsabilidade e Interpelação Ética

Ao longo da minha carreira, encontrei momentos em que meu quadro ocidental de compreensão da saúde e da música se tornou insuficiente. Agora entendo esses momentos como pontos de encontro com o “Outro” (Levinas, 2005). Esses encontros trazem consigo um sentimento que tem um certo grau de “desconforto.” A ideia de desconforto não surge de uma fonte específica, mas como um sentimento próprio ao refletir sobre os temas deste texto. No entanto, foram encontradas ideias e conceitos semelhantes, como a *desobediência epistêmica* de Walter Mignolo (2017) e o *terceiro espaço* de Homi Bhabha (1994). Em qualquer processo de descolonização e de pensamento crítico e desestruturativo, há um certo grau de desconforto ao sentir que não se tem uma âncora dentro do “já estabelecido.” Esse desconforto e os encontros com o Outro levam a uma perspectiva pluriversal (Dussel, 2010; Grosfoguel, 2011). Essa perspectiva se refere a reconhecer e respeitar a pluralidade de formas de conhecimento e compreensão do mundo, além da visão única do pensamento dominante.

Posso mencionar aqui minha relação com as ideias e filosofias da China como um ponto formativo, tanto por ter vivido dois anos lá quanto pelo vínculo pessoal com minha parceira, que é chinesa. Por essas experiências, tenho certa familiaridade com os conceitos da medicina tradicional chinesa, o que às vezes representa um desafio, mas também uma oportunidade de ampliar minha perspectiva e enriquecer meu pensamento. Dentro da musicoterapia, posso citar dois exemplos. Autoras como Suzanne Hanser exploraram essas ideias em obras como Integrative Health Through Music Therapy (Hanser, 2016) e, mais recentemente, na conferência da Associação Internacional de Música e Medicina (IAMM), um grupo de interesse especial (SIG) sobre musicoterapia da China ancestral apresentou conceitos provenientes da China relacionados à música, ao som e à saúde. Esses encontros mostram o crescente interesse em integrar conhecimentos não ocidentais à tradição contemporânea da musicoterapia.

Também realizei trabalho comunitário nas Filipinas, um país marcado por uma dupla colonização (Espanha e Estados Unidos), que ainda se reflete no uso generalizado do inglês. Durante meus anos na China, participei de várias viagens às Filipinas e, recentemente, retomei contato com a organização com a qual colaborei na época, facilitando workshops em uma escola local. Nestes workshops, falei sobre música, seus benefícios para a saúde e o papel da musicoterapia. Esse tipo de intervenção não busca apenas compartilhar conhecimentos, mas também construir pontes entre contextos e gerar conhecimento situado por meio do diálogo. Minha experiência nas Filipinas foi notavelmente diferente, pois foi realmente fácil criar um vínculo com as pessoas com quem trabalhei. A conexão foi imediata, facilitada pelo fato de que o inglês, amplamente falado no país, permitiu uma comunicação sem barreiras significativas. No entanto, o que mais me impressionou foi a receptividade e a abertura das pessoas, que pareciam ter uma compreensão profunda da música como uma ferramenta para o bem-estar. Apesar das diferenças culturais evidentes, o entendimento mútuo surgiu rapidamente, permitindo que o trabalho se desenvolvesse de forma eficaz e autêntica. Embora tenha tido uma experiência positiva, considero importante continuar a pensar criticamente sobre o meu trabalho neste e outros contextos.

Meu trabalho como musicoterapeuta em um asilo em Mannheim, Alemanha, também se insere em um contexto particularmente relevante para essas reflexões decoloniais sobre o encontro com o Outro. Lá, eu me comunico principalmente em alemão, minha terceira língua, e trabalho com pessoas cujas identidades e trajetórias migratórias são muito diversas. A prática clínica nesse contexto é mediada não apenas pela linguagem, mas também pelas minhas próprias marcas culturais como mexicano, o que me levou a pensar criticamente sobre a relação entre identidade, linguagem e o potencial terapêutico da música. Em um artigo publicado na revista *Musiktherapeutische Umschau* da Alemanha

(Gracida, 2025), desenvolvo o conceito de transculturalidade no meu trabalho com idosos nesse contexto institucional. Um ponto-chave que exploro é como, apesar das dificuldades linguísticas e das aparentes diferenças culturais—eu, como mexicano, trabalhando com idosos alemães—essas diferenças podem ser utilizadas terapeuticamente. As diferenças culturais tornam-se um ponto de partida para abordar temas mais profundos e para construir uma relação terapêutica baseada no diálogo. Essa abordagem parte da premissa de que as diferenças, em vez de constituírem obstáculos, representam oportunidades para enriquecer a prática clínica, permitindo que os pacientes se conectem com suas próprias identidades culturais e as explorem através da música, enquanto eu, como terapeuta culturalmente situado, também contribuo com minha própria perspectiva para o encontro terapêutico. Acredito que isso só é possível a partir de uma visão em que o desconforto do encontro com o Outro não é apenas aceito, mas tomado como ponto de partida para encontros terapêuticos enriquecedores.

Por fim, posso voltar ao meu trabalho com crianças refugiadas. Muitas das crianças com quem trabalhei no projeto Bridges vivem na Alemanha há vários anos. Mesmo após apenas um ano ou alguns meses, muitas já falam alemão fluentemente. O desafio reside em como acompanhá-los em seus processos de mudança de identidade. No início, quando chegam à Alemanha, eles ouvem música em sua língua materna, mas depois de algum tempo, preferem ouvir música alemã. Essa mudança pode ser entendida como um desejo de “pertencer” à sua nova comunidade, de se integrar a um ambiente diferente. O desafio, no entanto, é também deixar claro que sua “identidade passada” continua tendo um lugar dentro do âmbito do nosso trabalho. Além da língua, surgem outros temas que ganham relevância. Por exemplo, várias das famílias com as quais trabalhamos são de religião muçulmana. Isso influenciou o trabalho de maneira particular durante o Ramadã, quando algumas das crianças jejuam e não têm energia suficiente para participar ativamente das sessões musicais. Também tem sido desafiador, como homem, trabalhar com meninas, pois, em alguns casos, as dinâmicas de gênero são um tema sensível dentro de seus contextos culturais. Reconheço que, em muitas ocasiões, minha ignorância tem sido um obstáculo, mas também tenho sentido um forte desejo de aprender mais sobre a forma de pensar e ver o mundo das famílias com as quais colaboramos.

Todas essas experiências me levaram a refletir sobre uma interrogação ética baseada em um senso de responsabilidade. Parte essencial do trabalho musicoterapêutico é sempre o encontro com o Outro, disso não se pode escapar. Tanto na prática quanto na pesquisa, na criação de conhecimento e no ensino, estamos sempre tendo encontros com o Outro e/ou falando sobre um Outro. Portanto, essa responsabilidade ética está sempre presente. O que eu gostaria de acrescentar a essa reflexão é que, quando esse encontro transcende nossos limites do “confortável” ou “conhecido,” é necessário dar um, dois ou vários passos adicionais para garantir que continuemos trabalhando eticamente. Se isso não for feito, existe o risco de cair em práticas opressivas ou prejudiciais. Como ilustrei a partir de minhas experiências, isso não é fácil, mas é possível; particularmente se pensarmos a partir de uma perspectiva descolonizadora, pluriversal e transmoderna.

O Conhecimento Como Campo de Disputa: Pesquisa, Publicações e Narrativas Digitais

Também é essencial refletir criticamente sobre meu papel como produtor de conhecimento, tanto em espaços formais quanto informais. Minhas reflexões passaram a fazer parte de minha contribuição para comissões editoriais e de formação profissional, como a Comissão de Formação Profissional da Associação de Musicoterapeutas do México (AMME), a Comissão de Publicações da Federação Mundial de Musicoterapia e minhas colaborações com a Associação Internacional de Música e Medicina. Além disso, fui coeditor de um livro

em inglês sobre musicoterapia e pessoas deslocadas, juntamente com Elizabeth Coombes e Emma Maclean (Coombes et al., 2025), que inclui capítulos escritos por colegas de diferentes partes do mundo. Essa experiência me permitiu acompanhar processos de escrita e reflexão a partir de diversos contextos culturais e consolidar uma abordagem editorial que valoriza a pluralidade epistêmica na musicoterapia. Cientes de que a maioria das pessoas deslocadas se encontra em países do “Sul Global,” propusemo-nos a procurar autores dessas regiões. No entanto, enfrentamos desafios significativos, uma vez que a linguagem e os recursos necessários para escrever representam barreiras consideráveis para alguns autores. Apesar dessas dificuldades, conseguimos adaptar o projeto para incluir contribuições breves que permitiram incorporar suas valiosas perspectivas.

Atualmente, participo de um projeto que avalia a utilidade de uma ferramenta de avaliação inicial (assessment) para musicoterapia com idosos em contextos internacionais, desenvolvida originalmente pela Dra. Amy Clements-Cortes (2024). Embora inicialmente esteja sendo avaliada sua viabilidade em contextos europeus, considero que, no futuro, será possível adaptá-la a países latino-americanos e a outras regiões do mundo. Para isso, será fundamental adotar uma visão culturalmente humilde e descolonizadora.

O pensamento decolonial nos convida a questionar as hierarquias do conhecimento. Não se trata simplesmente de incluir vozes da periferia na discussão, mas de transformar os próprios fundamentos da ciência e da educação. Isso também implica refletir sobre o papel da linguagem. Embora eu fale e escreva em espanhol, inglês e alemão, grande parte da minha formação e produção acadêmica foi em inglês. Além disso, ao analisar as línguas predominantes na academia, observamos que as teorias, pesquisas e publicações com maior visibilidade em musicoterapia são escritas principalmente em inglês e provêm principalmente de colegas do “Norte Global.” Essa realidade ressalta a necessidade de questionar e redefinir as estruturas que perpetuam essas desigualdades na produção e difusão do conhecimento.

Além dos contextos formais e acadêmicos, mantenho uma atividade constante escrevendo sobre minhas experiências e reflexões em plataformas informais, como meu site e redes sociais. Compartilho minhas opiniões por meio de pequenos textos, publicações mais extensas em blogs e vídeos. Esse tipo de participação online é diferente da criação de conhecimento acadêmico, permitindo interações mais dinâmicas e acessíveis. Weller (2014) apontou que as redes sociais estão mudando a prática acadêmica e se tornando uma nova fonte de dados para pesquisa, embora também levante questões sobre a qualidade e a confiabilidade das informações compartilhadas nesses meios. Majchrzak et al. (2013) exploraram as contradições no uso das redes sociais para compartilhar conhecimento em comunidades online, indicando que, embora ofereçam oportunidades para conversas e troca de informações, elas também podem gerar consequências indesejadas. Essas perspectivas sugerem que, embora as contribuições em plataformas informais possam enriquecer o discurso acadêmico, é necessário considerar criticamente seu papel e validade na construção do conhecimento em disciplinas como a musicoterapia.

Conclusão

A decolonização na prática da musicoterapia é um processo contínuo, sempre em transformação. Não é um destino a ser alcançado, mas um caminho de questionamento, diálogo e crescimento. Cada reflexão sobre o colonial, pós-colonial, neocolonial e descolonial nos convida a olhar criticamente para as estruturas que sustentam nosso trabalho e nossas teorias. Esse processo não encerra o pensamento; pelo contrário, o abre a novas possibilidades, lembrando-nos que o desconforto e as contradições são parte inevitável do caminho. A partir da minha experiência, tentei compartilhar não apenas minha prática como musicoterapeuta e minha experiência como pessoa em um mundo em

mudança, mas também as teorias que me ajudaram a compreender e desconstruir meus próprios referenciais. Esta abordagem não pretende oferecer verdades absolutas nem um reflexo perfeito da realidade; propõe-se, antes, como uma ferramenta para explorar as múltiplas dimensões da minha experiência, sempre com a consciência de que a minha visão é apenas uma entre muitas. A autoetnografia, como qualquer abordagem, tem limites: não pode captar toda a complexidade dos ambientes em que trabalhamos nem os significados que emergem em cada encontro com pacientes ou comunidades.

Sustentar o desconforto como motor ético é, portanto, fundamental. O desconforto de questionar nossas certezas, de reconhecer nossas limitações e contradições, de nos mantermos abertos a ser interpelados. Enfrentar essas tensões nos permite desafiar as práticas estabelecidas e avançar em direção a uma musicoterapia mais inclusiva e equitativa. Esse desconforto nos impulsiona a não nos contentarmos com respostas fáceis, mas a abraçar a complexidade e a multiplicidade de vozes e conhecimentos. Meu convite, então, é para continuarmos esse diálogo aberto—com colegas, comunidades, estudantes e pacientes—e mantermos juntos um espaço de aprendizado mútuo, de construção coletiva de conhecimento.

Sobre o Autor

Samuel Gracida: Musicoterapeuta clínico, autor e empresário mexicano com presença global, que trabalhou em vários países em diversos contextos culturais. Fez parte da Associação Internacional para Música e Medicina e atualmente se concentra no trabalho com populações deslocadas e idosos. Vive em Heidelberg, Alemanha.

Referências

- Bains, J. (2005). Race, culture and psychiatry: A history of transcultural psychiatry [Raça, cultura e psiquiatria: Uma história da psiquiatria transcultural]. *History of Psychiatry*, 16(2), 139–154.
- Benessaieh, A. (2010). Multiculturalism, interculturality, transculturality [Multiculturalismo, interculturalidade, transculturalidade]. In A. Benessaieh (Ed.), *Transcultural Americas* (pp. 11–38). University of Ottawa Press.
<https://doi.org/10.2307/j.ctt1ch78hd.4>
- Bhabha, H. K. (1994). *The location of culture* [A localização da cultura]. Routledge.
- Boehmer, E. (2005). *Colonial and postcolonial literature: Migrant metaphors* [Literatura colonial e pós-colonial: Metáforas migratórias]. Oxford University Press on Demand.
- Bonfil Batalla, G. (1987). *México profundo*. Editorial Grijalbo.
- CAMTI Collective. (2022). *Colonialism and music therapy* [Colonialismo e musicoterapia]. Barcelona.
- Chamoiseau, P., Bernabé, J., & Confiant, R. (1989). *Éloge de la créolité* [Em louvor à identidade crioula]. Gallimard.
- Clements-Cortés, A. (2024). Music therapy assessment for older adults: Descriptive mixed-methods study [Avaliação da musicoterapia para idosos: Estudo descritivo de métodos mistos]. *Behavioral Sciences*, 14(5), 354. <https://doi.org/10.3390/bs14050354>
- Comte, R. (2016). Neo-colonialism in music therapy: A critical interpretive synthesis of the literature concerning music therapy practice with refugees [Neocolonialismo na musicoterapia: Uma síntese interpretativa crítica da literatura sobre a prática da musicoterapia com refugiados]. *Voices: A World Forum for Music Therapy*, 16(3), 865–

882. <https://doi.org/10.15845/voices.v16i3.865>

- Coombes, E., Maclean, E., & Gracida, S. (2025). *Music therapy with displaced persons: Trauma, transformations and cultural connections [Musicoterapia com pessoas deslocadas: Trauma, transformações e conexões culturais]*. Jessica Kingsley.
- Dubé, G. (2017). La auto-etnografía, un método de investigación inclusivo [A autoetnografía, um método de investigação inclusivo]. *Visión Docente Con-Ciencia*, 15(83), 5–22.
- Dussel, E. (2011). *Filosofías del Sur: Descolonización y transmodernidad [Filosofias do Sul: Descolonização e transmodernidade]*. Akal.
- Ellis, C., Adams, T. E., & Bochner, A. P. (2010). Autoethnography: An overview [Autoetnografia: Uma visão geral]. *Forum Qualitative Sozialforschung Forum: Qualitative Social Research*, 12(1). <https://doi.org/10.17169/fqs-12.1.1589>
- Eslava-Mejía, J. (2022). Borders, translation, and cultures in music therapy education, research, and politics: Reflections on the roles of colonizer and colonized [Fronteiras, tradução e culturas na educação, pesquisa e política da musicoterapia: Reflexões sobre os papéis do colonizador e do colonizado]. In CAMTI Collective (Eds.), *Colonialism and music therapy* (pp. 545–569). Barcelona.
- Freiin von Bibra, M. L. (2022). Manifest mythmaking: The role of US ‘Manifest Destiny’ in nineteenth and twenty-first century indigenous dispossession [A criação de mitos manifestos: O papel do “Destino Manifesto” dos EUA na expropriação indígena nos séculos XIX e XXI]. *The Webster Review of International History*, 2(2), 15–31.
- Gracida, S. (2025). Transkulturelle perspektiven im pflegeheim [Perspectivas transculturais em lares de idosos]. *Musiktherapeutische Umschau*, 46(2), 222–225. <https://doi.org/10.13109/muum.2025.46.2.222>
- Grosfoguel, R. (2011). Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political-economy: Transmodernity, decolonial thinking, and global coloniality [Descolonizando os estudos pós-coloniais e os paradigmas da economia política: Transmodernidade, pensamento descolonial e colonialidade global]. *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, 1(1), 1–38.
- Guerrero Muñoz, J. (2014). El valor de la auto-etnografía como fuente para la investigación social: Del método a la narrativa [O valor da autoetnografia como fonte para a investigação social: Do método à narrativa]. *AZARBE, Revista Internacional de Trabajo Social y Bienestar*, 3. Recuperado a partir de <https://revistas.um.es/azarbe/article/view/198691>
- Hanser, S. B. (2016). *Integrative health through music therapy: Accompanying the journey from illness to wellness [Saúde integrativa através da musicoterapia: Acompanhando a jornada da doença ao bem-estar]*. Palgrave Macmillan.
- Judd, D. (2001). *Empire: The British imperial experience from 1765 to the present [Império: A experiência imperial britânica de 1765 até o presente]*. Sterling.
- Lévinas, E. (2005). *Humanismo del Otro Hombre [Humanismo do Outro Homem]* (D. E. Guillot, Trans.). Siglo XXI.
- Macías Chávez, K. C. (2015). El neocolonialismo en nuestros días: La perspectiva de Leopoldo Zea [El neocolonialismo en nuestros días: La perspectiva de Leopoldo Zea]. *Universitas Philosophica*, 32(65), 81. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.uph32-65.nplz>
- MacLeod, J. (2011). *Beginning postcolonialism [Início do pós-colonialismo]*. Manchester University Press.
- Majchrzak, A., Faraj, S., Kane, G. C., & Azad, B. (2013). The contradictory influence of social media affordances on online communal knowledge sharing [A influência

- contraditória das possibilidades das mídias sociais no compartilhamento comunitário de conhecimento online]. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 19(1), 38–55.
- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser: Contribuciones al desarrollo de un concepto [Sobre a colonialidade do ser: Contribuições para o desenvolvimento de um conceito]. Em S. Castro-Gómez e R. Grosfoguel (Eds.), *A virada decolonial: Reflexões para uma diversidade epistêmica além do capitalismo global* (pp. 127–168). Siglo del Hombre Editores.
- MacQueen, N. (2007). *Colonialism [Colonialismo]*. Longman.
- Mignolo, W. (2017). *Desobediencia epistémica: Retórica de la modernidad, Lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad [Desobediência epistêmica: Retórica da modernidade, Lógica da colonialidade e gramática da descolonialidade]*. Ediciones del Signo.
- Noxolo, P. (2017). Decolonial theory in a time of the re-colonisation of UK research [Teoria decolonial em uma época de recolonização da pesquisa no Reino Unido]. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 42(3), 342–344.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina [Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina]. En E. Lander (Ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO. <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>
- Quijano, A. (2014). *Cuestiones y horizontes: De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder [Questões e horizontes: Da dependência histórico-estrutural à colonialidade/descolonialidade do poder]*. CLACSO.
- Rivera Cusicanqui, S. (2010). *Ch'ixinakax utxiwa: Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores [Ch'ixinakax utxiwa: Uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores]*. Tinta Limón. <https://chixinakax.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/07/silvia-rivera-cusicanqui.pdf>
- Rivera Cusicanqui, S. (2018). *Un mundo ch'ixi es posible: Ensayos desde un presente en crisis [Um mundo ch'ixi é possível: Ensaios a partir de um presente em crise]*. Tinta Limón.
- Santos, B. de S. (2018). *Justicia entre saberes: Epistemologías del sur contra el epistemicidio [Justiça entre saberes: Epistemologias do sul contra o epistemicídio]*. Ediciones Morata, S.L.
- Stige, B. (2002). *Culture-centered music therapy [Musicoterapia centrada na cultura]*. Gilsum: Barcelona.
- Tikly, L. (2004). Education and the new imperialism [Educação e o novo imperialismo]. *Comparative Education*, 40(2), 173–198.
<https://doi.org/10.1080/0305006042000231347>
- Uche, L. U. (1994). Some reflections on the dependency theory [Algumas reflexões sobre a teoria da dependência]. *Africa Media Review*, 8(2), 39–55.
- Weller, K. (2014). Social media in academia: How the Social Web is changing academic practice and becoming a new source for research data [Mídias sociais na academia: Como a rede social está mudando a prática acadêmica e se tornando uma nova fonte de dados para pesquisa]. *Information Technology*, 56(6), 278–286.
- Zambonini, J. P., & Tosto, V. (2024). Decolonial perspectives from Latin America: Initial core concepts and special issue announcement [Perspectivas decoloniais da América Latina: Conceitos centrais iniciais e anúncio de edição especial]. *Voices: A World Forum for Music Therapy*, 24(2). <https://doi.org/10.15845/voices.v24i2.4323>